

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE

A EFICÁCIA DO PROJOVEM URBANO DE FORTALEZA-CE EDIÇÃO 2014: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DOS JOVENS EGRESSOS

Autora: Neomesia Herculano Sales¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Patricia Morais Leal²

RESUMO

Este artigo analisa a eficácia do ProJovem Urbano, edição de 2014, no município de Fortaleza/CE, a partir da percepção dos jovens egressos, com ênfase na articulação entre escolarização, qualificação profissional e cidadania. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentando-se em autores como Freire (1996) e Honneth (2003). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se questionários, e analisados com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). O referencial teórico adota a concepção de juventude como uma categoria social plural, conforme proposto por Pais (2000). A análise foi organizada em quatro eixos centrais: juventude e desigualdade, ingresso e permanência nos estudos, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Os resultados indicam que, embora o Programa tenha favorecido o resgate da autoestima e a reintegração educacional de parte dos participantes, apresentou limitações significativas na articulação com o mundo do trabalho e na continuidade das ações após a formação. Tais evidências apontam para a urgência de políticas públicas mais integradas e intersetoriais. Os dados também revelam que a ausência de acompanhamento após o término do curso, somada à falta de articulação entre os diferentes entes federativos, comprometeu a efetividade do Programa. À luz dessas constatações, conclui-se que escutar os sujeitos das políticas públicas é fundamental para aprimorar sua efetividade, promover o reconhecimento simbólico e contribuir para a construção de trajetórias juvenis mais autônomas e emancipatórias.

Palavras-chave: Educação; Juventude; Mercado de Trabalho; Políticas Públicas; Qualificação Profissional; ProJovem Urbano; Exclusão e Inclusão social.

¹ Neomesia Herculano Sales; Mestra em Avaliação de Políticas Públicas (UFC); neoherculano@yahoo.com.br.

² Maria Patricia Morais Leal; Doutora em Educação; mpateleal@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a eficácia do programa ProJovem Urbano – edição de 2014 – no município de Fortaleza/CE, com enfoque na trajetória dos jovens egressos. A proposta de análise parte da compreensão de que programas voltados para a juventude, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais e educacionais, precisam ser avaliados a partir do olhar dos próprios sujeitos beneficiados. Conforme afirma Marconi e Lakatos (2005), a pesquisa deve nascer de uma inquietação que tenha relevância científica, pessoal e social. No caso deste estudo, a inquietação parte da percepção de que, embora o ProJovem tenha representado uma ação inovadora de política pública, ainda há lacunas quanto à sua efetividade e alcance real.

A problemática central da pesquisa pode ser sintetizada na seguinte questão: o ProJovem Urbano, na edição de 2014 em Fortaleza, foi eficaz na perspectiva dos jovens egressos quanto aos seus objetivos educacionais, profissionais e cidadãos? Essa pergunta direciona a investigação e fundamenta os objetivos estabelecidos. Assim sendo, o objetivo geral do estudo constitui avaliar a eficácia do ProJovem Urbano em Fortaleza/CE sob a ótica dos jovens egressos. De forma específica, objetiva-se: (1) investigar os fatores que influenciaram o ingresso e a permanência dos jovens no Programa; (2) analisar a contribuição da qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho; e (3) identificar as percepções dos egressos sobre os impactos sociais e subjetivos do Programa.

A hipótese que orienta esta pesquisa considera que, a despeito dos avanços relacionados ao acesso à educação e à formação inicial, o ProJovem Urbano não foi capaz de promover, de maneira efetiva, a inserção dos jovens no mercado de trabalho, tampouco de superar as vulnerabilidades sociais de caráter estrutural. Conforme argumenta Boaventura (2014), as hipóteses representam construções provisórias que servem de guia para o processo investigativo, podendo ser confirmadas ou refutadas ao longo da análise empírica.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se em três dimensões inter-relacionadas: pessoal, social e científica. No âmbito pessoal, destaca-se o interesse em compreender de que modo as políticas públicas influenciam as trajetórias de vida de jovens em situação de vulnerabilidade. Sob a perspectiva social, a proposta representa uma contribuição para o aprimoramento de programas educacionais voltados à juventude, considerando suas reais demandas. Já no plano científico, a investigação busca colaborar com o campo da avaliação de políticas públicas, enfatizando a relevância de ouvir os sujeitos diretamente afetados pelas ações governamentais.

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários com egressos do Programa, cujos dados foram examinados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011).

O estudo fundamenta-se em autores que oferecem importantes contribuições para a compreensão da educação e da juventude em contextos sociais diversos. Freire (1996), por exemplo, entende a educação como um processo intrinsecamente político, voltado à libertação dos sujeitos. Honneth (2003), por sua vez, enfatiza o papel do reconhecimento nas relações sociais, destacando sua relevância para a formação da identidade e da autoestima. Já Pais (2000) concebe a juventude como uma categoria socialmente construída, profundamente atravessada por desigualdades e assimetrias sociais.

Tais concepções teóricas oferecem uma base sólida para compreender a educação como prática transformadora, as relações sociais como estruturantes da identidade e a juventude como um grupo atravessado por múltiplas determinações sociais. Ao articular essas perspectivas, a pesquisa ganha consistência ao analisar os sujeitos em sua complexidade, considerando os aspectos políticos, sociais e culturais que influenciam suas trajetórias e experiências.

Por fim, este artigo está organizado da seguinte maneira: após a introdução, a segunda seção apresenta a fundamentação teórica sobre juventude, políticas públicas e desigualdade. Em seguida, a terceira seção descreve a metodologia utilizada. A quarta seção reúne e analisa os resultados, organizados em diferentes categorias: ingresso e permanência, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, impacto subjetivo e territorialidade. A quinta e última parte traz as considerações finais, seguidas das referências, dos agradecimentos e de um anexo com o roteiro do questionário aplicado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção busca estabelecer os principais referenciais para a análise das relações entre juventude, desigualdades sociais e políticas públicas voltadas à inclusão educacional e cidadã, com ênfase na experiência do ProJovem Urbano. Ao considerar a juventude como uma categoria plural e socialmente situada, reconhece-se que sua vivência é profundamente marcada por fatores como classe, raça, gênero e território, o que exige das políticas públicas uma abordagem sensível às múltiplas realidades desses sujeitos.

Posto isso, esta seção está organizada em torno de três eixos principais: o primeiro discute a juventude como construção social heterogênea; o segundo analisa as desigualdades estruturais que impactam o acesso à educação e ao trabalho; e o terceiro aborda a importância das políticas públicas, especialmente educacionais, na promoção da justiça social e do reconhecimento. A partir desses fundamentos, busca-se compreender como iniciativas como o ProJovem Urbano podem contribuir – ou não – para o fortalecimento da cidadania juvenil em contextos de vulnerabilidade.

2.1 Juventude, Desigualdade e Políticas Públicas

A juventude, enquanto categoria social, é um conceito complexo e multifacetado. De acordo com Pais (2000), a juventude representa uma fase de transição, contudo, essa passagem não ocorre de maneira uniforme para todos os jovens, uma vez que é condicionada por elementos como classe social, gênero, raça e contexto territorial. Nessa mesma perspectiva, Carrano e Dayrell (2007) destacam que é mais adequado falar em “juventudes” no plural, pois não se pode reduzir essa fase da vida a uma experiência homogênea. Assim, torna-se essencial que as políticas públicas reconheçam essa diversidade e evitem reproduzir concepções generalizantes sobre os sujeitos jovens. Nesse ínterim, o ProJovem Urbano, ao propor a escolarização integrada à qualificação e à cidadania, configura-se como uma tentativa de resposta a essas demandas plurais.

No contexto brasileiro, a construção da juventude como objeto de política pública é relativamente recente. Os jovens, durante muito tempo, foram frequentemente associados a aspectos negativos, como delinquência, violência, ociosidade, desemprego e marginalização. Segundo Abramo (2005), essa visão predominante os colocava mais como uma ameaça à sociedade do que como indivíduos portadores de direitos.

Apenas a partir dos anos 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o surgimento da Política Nacional de Juventude, o jovem passou a ser reconhecido como protagonista social. Nesse contexto, o ProJovem Urbano surge como resposta às novas exigências de políticas sociais mais inclusivas, voltadas à ampliação do acesso à educação e à cidadania por parte da juventude em situação de vulnerabilidade.

A educação, nesse cenário, ocupa lugar central. Freire (1996) afirma que educar exige amor e, por isso mesmo, coragem, evidenciando que o ato educativo vai além da simples transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, ressalta a necessidade de respeitar os saberes prévios dos educandos, especialmente aqueles que pertencem às classes populares, valorizando suas experiências e contextos de vida como ponto de partida para a construção do conhecimento. Para o referido autor, a educação popular deve ser libertadora, dialógica e transformadora.

Essa perspectiva é essencial para pensar programas como o ProJovem Urbano, que se propõe a dialogar com jovens excluídos do sistema escolar formal e inseri-los em uma trajetória de revalorização do aprendizado. Entretanto, conforme adverte Bourdieu (1998), a escola tende a perpetuar as desigualdades sociais ao favorecer aqueles que já possuem capital cultural. Essa perspectiva contribui para a compreensão dos obstáculos enfrentados por jovens que retomam os estudos em idade avançada, frequentemente após experiências marcadas por insucesso escolar e repetidas situações de exclusão no ambiente educacional.

A discussão sobre o reconhecimento como aspecto central da justiça social revela-se

igualmente indispensável nesse contexto. De acordo com Honneth (2003), o reconhecimento constitui um elemento essencial tanto para a formação da identidade quanto para a inserção do indivíduo na vida social, sendo, portanto, um requisito básico para a integração e o desenvolvimento pessoal. Políticas públicas que não reconhecem a trajetória dos sujeitos, suas vulnerabilidades e potências, tendem a falhar em seus propósitos. O reconhecimento simbólico, nesse sentido, é tão importante quanto o acesso formal a bens e serviços. Ignorar a subjetividade dos jovens e suas vivências sociais resulta em políticas fragmentadas, que não promovem o empoderamento nem o pertencimento.

Outro aspecto essencial refere-se à qualificação profissional. Segundo Belloni (2006), os programas de formação técnica demonstram efetividade apenas quando articulados a políticas consistentes de desenvolvimento socioeconômico e inclusão no mercado de trabalho. Essa integração é fundamental para garantir que a formação oferecida contribua, de fato, para a transformação das condições de vida dos indivíduos e para a superação das desigualdades sociais.

Com isso, entende-se que a qualificação não pode ser pensada de maneira isolada, desvinculada das dinâmicas reais do mercado de trabalho. Gaiger (2007) amplia essa perspectiva ao destacar que a formação profissional, por si só, não é suficiente para eliminar os obstáculos estruturais que dificultam o acesso ao mercado de trabalho. Essa consideração ressalta que, embora a qualificação seja um fator importante, ela não garante, de forma automática, a inserção laboral, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas persistentes. À vista disso, observa-se que a chamada “formação desconectada” tende a produzir frustrações, especialmente entre jovens moradores de territórios marcados pela informalidade e pelo desemprego estrutural.

O mercado de trabalho brasileiro aprofunda essas limitações. Conforme observa Antunes (2005), o cenário contemporâneo é marcado por uma lógica que intensifica a precarização, a fragmentação e a instabilidade das relações sociais e de trabalho. Esse processo afeta de maneira mais intensa a juventude pertencente às camadas mais vulneráveis da população, especialmente jovens negros e de baixa renda.

Essa lógica impede que políticas de inclusão, como o ProJovem Urbano, tenham impacto pleno se não forem acompanhadas de ações intersetoriais e sistêmicas. Nesse panorama, o discurso da meritocracia frequentemente é mobilizado para ocultar essas desigualdades, ignorando que grande parte da juventude brasileira enfrenta obstáculos estruturais que limitam radicalmente suas possibilidades de inserção produtiva e digna.

Por fim, é essencial ressaltar que a avaliação das políticas públicas deve ser compreendida como uma dimensão integrante do próprio processo formativo e democrático. Conforme argumenta Secchi (2013), uma política pública só pode ser considerada eficaz quando percorre todas as etapas do ciclo – da formulação à avaliação – de maneira participativa e fundamentada em evidências concretas.

No caso do ProJovem Urbano, a escuta dos egressos revela uma lacuna significativa: a ausência de processos formais e contínuos de avaliação por parte do poder público. A fragmentação institucional, a descontinuidade de ações e a falta de articulação entre os entes federativos comprometem a efetividade dos programas, demonstrando a urgência de se repensar os modos de acompanhamento e monitoramento das políticas sociais voltadas à juventude.

Diante desse conjunto de reflexões, sustenta-se que a análise da eficácia do ProJovem Urbano exige uma abordagem integral, que considere a juventude como sujeito de direitos, a educação como prática emancipadora, e a política pública como ferramenta de transformação social. Assim, reafirma-se a importância de valorizar não apenas os resultados mensuráveis, mas os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências nos programas públicos, reconhecendo-os como protagonistas e não apenas beneficiários.

2.2 Vozes que ecoam: Juventudes entre Resistência e Silenciamento

Ao longo desta pesquisa, foi possível ouvir e sentir os ecos de uma juventude que, apesar de atravessada por carências e estigmas, insiste em existir com dignidade. São vozes que reivindicam reconhecimento, oportunidades e pertencimento. São jovens que, ao entrarem no ProJovem, não buscavam apenas um certificado, mas um recomeço, uma afirmação simbólica de que suas vidas importam.

De acordo com Honneth (2003), a busca pelo reconhecimento configura a forma mais essencial de resistência humana. O silêncio imposto por diversas políticas públicas aos jovens das periferias representa uma violência simbólica, que os relega à invisibilidade e à inércia. Contudo, ao se ouvir atentamente, percebe-se que essa população expressa resistência por meio de suas trajetórias, superações e aspirações por mudança.

É salutar entender que a escola, os programas sociais e o Estado precisam mais do que oferecer serviços: precisam construir pontes de diálogo e legitimidade. Freire (1996) ressaltava que a educação, por si só, não transforma o mundo; ela transforma as pessoas, e são essas pessoas que promovem a mudança no mundo. Nesse raciocínio, presume-se que transformar jovens em sujeitos ativos requer mais que metodologia – exige escuta, coragem e compromisso com a justiça social.

Esta subseção encerra-se, portanto, com um apelo, para que as vozes dos jovens egressos não sejam abafadas por relatórios, métricas ou estatísticas frias; e que seus sonhos e frustrações sirvam de alerta e inspiração para gestores, educadores e pesquisadores comprometidos com a construção de políticas públicas verdadeiramente emancipatórias.

Bauman (2001) destaca que vivemos em tempos líquidos, nos quais as instituições já não conseguem mais atender às demandas sólidas da vida. Com base nisso, cabe a nós solidificar a escuta, a participação e a potência da juventude como força ética,

política e transformadora, contribuindo para que suas vozes continuem ecoando, seja nos corredores da escola, seja nos parlamentos e nas páginas dos estudos que ousam tratá-los como protagonistas, e não como estatísticas.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, respondendo às questões centrais que, segundo Marconi e Lakatos (2005), são essenciais à construção de uma investigação científica: como a pesquisa foi realizada, com quais instrumentos, em que contexto, com quais participantes e com quais técnicas de análise. Cabe frisar que a escolha metodológica deve, necessariamente, estar articulada com os objetivos do estudo e com a natureza do fenômeno investigado, garantindo coerência entre teoria, objeto e método.

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de natureza descritiva e exploratória. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise das percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos jovens egressos do ProJovem Urbano às suas vivências educacionais, sociais e profissionais. Conforme defende Minayo (2007), a pesquisa qualitativa é adequada para captar aspectos subjetivos e simbólicos da realidade, que não podem ser reduzidos a números, mas que são essenciais para a compreensão dos contextos sociais.

Boaventura (2014) reforça a importância de epistemologias que considerem os saberes e vivências dos sujeitos historicamente invisibilizados. Nesse sentido, a abordagem qualitativa se mostra imprescindível para ouvir e reconhecer os jovens como protagonistas das políticas públicas, sobretudo quando o estudo envolve populações marcadas por vulnerabilidades sociais. Gil (2008) destaca ainda que a pesquisa exploratória é adequada em contextos nos quais se busca aprofundar a compreensão de um fenômeno ainda pouco investigado, como é o caso da avaliação da eficácia do ProJovem Urbano a partir da perspectiva de seus egressos.

O estudo foi realizado no município de Fortaleza/CE, tendo como público-alvo os jovens que participaram da edição de 2014 do ProJovem Urbano. A amostra foi composta por 25 egressos, selecionados por meio de amostragem intencional e não probabilística, com base em critérios de diversidade (gênero, idade, território, nível de escolaridade e tempo de participação no Programa). A escolha intencional dos participantes busca garantir a diversidade dos perfis juvenis, considerando que, conforme destacam Carrano e Dayrell (2007), a juventude não é um fenômeno homogêneo, mas sim composta por múltiplas juventudes, caracterizadas por diferentes marcadores sociais.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos metodológicos: entrevistas semiestruturadas e questionários com perguntas fechadas. Este último encontra-se disponível no Anexo A, ao final deste trabalho. As entrevistas permitiram explorar narrativas, memórias e percepções subjetivas dos participantes sobre o Programa,

proporcionando um diálogo aberto, flexível e profundo. Conforme Flick (2009), as entrevistas semiestruturadas são apropriadas para estudos que buscam interpretar significados sociais a partir da perspectiva dos atores envolvidos. Os questionários, por sua vez, serviram ao levantamento de dados objetivos e sociodemográficos, permitindo a construção de perfis e a visualização de tendências gerais.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro temático, que abordava tópicos como: motivação para ingresso no Programa, permanência e evasão, percepções sobre a qualificação profissional, vivências escolares, exercício da cidadania e inserção (ou não) no mundo do trabalho. A coleta foi realizada em locais previamente acordados com os participantes, respeitando sua disponibilidade e garantindo privacidade e conforto.

Para a análise dos dados qualitativos, foi adotada a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011). Esse método envolve três etapas fundamentais: (1) pré-análise (leitura flutuante e organização do material); (2) exploração do conteúdo (codificação e categorização temática); e (3) tratamento dos resultados e interpretação à luz do referencial teórico. A análise buscou identificar padrões, recorrências, rupturas e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, preservando o rigor interpretativo e a densidade analítica.

Para assegurar maior validade e confiabilidade dos resultados, adotou-se a triangulação de técnicas e fontes como estratégia metodológica. Conforme ressalta Denzin (1978), esse procedimento possibilita a convergência de múltiplas perspectivas sobre um mesmo fenômeno, o que fortalece a análise e contribui para a solidez da pesquisa.

Os dados quantitativos, oriundos dos questionários, foram tratados por meio de análise descritiva simples, com a utilização de tabelas e gráficos ilustrativos que sintetizam informações sociodemográficas, níveis de escolaridade, situação ocupacional e trajetória educacional dos participantes. A combinação entre dados qualitativos e quantitativos caracteriza a estratégia de triangulação metodológica, a qual, segundo Denzin (1978), fortalece a validade dos resultados ao permitir a comparação entre diferentes fontes e métodos de coleta.

Além disso, todos os procedimentos éticos foram observados conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, garantiu-se o anonimato, a confidencialidade dos dados e a voluntariedade da participação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim sendo, a metodologia adotada neste estudo foi desenhada para garantir rigor científico, ética na condução e sensibilidade social, favorecendo uma análise crítica e dialógica da eficácia do ProJovem Urbano a partir das vozes de seus egressos. O estudo reconhece os sujeitos como produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias histórias, em consonância com uma perspectiva transformadora da

pesquisa social.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

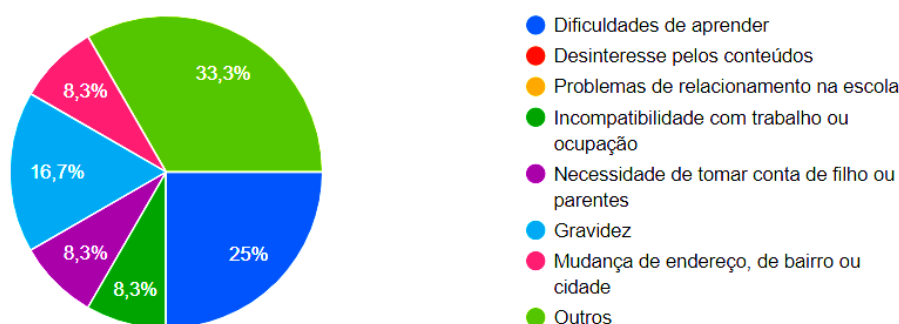
Esta seção apresenta os dados coletados por meio de entrevistas e questionários aplicados a 25 jovens egressos do ProJovem Urbano, edição de 2014, no município de Fortaleza/CE. A análise está organizada em categorias temáticas que emergiram tanto dos objetivos da pesquisa quanto das falas recorrentes dos participantes. Os dados são discutidos à luz do referencial teórico apresentado nas seções anteriores, com apoio de representações gráficas para facilitar a compreensão dos resultados.

4.1 Ingresso e Permanência nos Estudos: Desafios e Obstáculos Históricos

A evasão escolar representa uma das manifestações mais severas da exclusão educacional no Brasil, afetando principalmente os jovens de baixa renda. De acordo com Ribeiro (2008), o abandono dos estudos resulta da interação de diversos fatores, entre eles a pobreza, o ingresso precoce no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência e vivências negativas no ambiente escolar.

À vista disso, o ProJovem Urbano surge como uma tentativa de resposta a esse cenário, ao buscar reintegrar jovens ao sistema de ensino formal. Contudo, os dados levantados nesta pesquisa indicam que os obstáculos à permanência nos estudos ainda foram expressivos: dificuldades em aprender, incompatibilidade com trabalho ou ocupação, gravidez, dentre outros, como pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Motivo principal de ter parado os estudos antes do ProJovem Urbano



Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme observado, os motivos para a interrupção dos estudos entre os respondentes foram variados: 8,3% apontaram a necessidade de trabalhar, outros mencionaram mudança de endereço ou responsabilidades familiares, como cuidar de filhos ou parentes. A maioria (33,3%) indicou outras razões não especificadas, enquanto 25% atribuíram a desistência às dificuldades de aprendizagem. Além disso,

16,7% informaram ter interrompido os estudos devido à gravidez.

Essa perspectiva permite compreender que muitos dos jovens atendidos pelo ProJovem não estavam simplesmente retornando à escola, mas buscavam reconstruir vínculos que haviam sido rompidos – com o conhecimento, com as instituições e com a própria autoestima. No entendimento de Arroyo (2012), não basta apenas garantir o acesso dos jovens à escola; é essencial que suas trajetórias, necessidades urgentes e saberes sejam reconhecidos e valorizados.

Além desses fatores, foram apontados como obstáculos à permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a alta rotatividade de professores, a precariedade da infraestrutura das salas de aula e o despreparo de parte dos educadores para lidar com o perfil específico desse público. Sobre esse aspecto, Dayrell (2007) observa que a escola ainda enfrenta dificuldades para estabelecer um diálogo eficaz com a juventude das classes populares, o que se reflete nos relatos dos egressos. Muitos deles descreveram experiências marcadas pela desmotivação e pela falta de vínculo.

A análise revela que assegurar o ingresso dos estudantes não é suficiente. Para que a permanência se concretize de forma efetiva, é fundamental construir uma escola viva, com significado, que reconheça e valorize os percursos interrompidos dos sujeitos. Como destaca Arroyo (2012), a permanência escolar torna-se viável quando os jovens percebem que a escola se comunica com eles, e não apenas os tematiza de forma distante.

4.2 Qualificação Profissional: Formação e Realidade Laboral

A qualificação profissional é um dos eixos estruturantes do ProJovem Urbano, sendo apresentada como ponte entre escolarização e inclusão produtiva. Contudo, os dados levantados neste estudo apontam para um descompasso entre a formação ofertada e as reais condições de empregabilidade dos jovens egressos.

Belloni (2006) destaca que os programas de qualificação só geram resultados efetivos quando articulados a políticas de desenvolvimento econômico e a estratégias voltadas à criação de empregos. No entanto, alguns jovens da pesquisa relataram que os cursos oferecidos não dialogavam com as demandas do mercado local e que não houve acompanhamento após a formação para promover a inserção profissional.

De forma semelhante, Gaiger (2007) argumenta que a qualificação profissional, isoladamente, não é capaz de superar as barreiras estruturais que dificultam o acesso ao trabalho. Essa limitação se evidencia no ProJovem, que, apesar de conceder certificação, não garantiu estágios, parcerias com empresas ou outras formas de transição entre o curso e o mundo do trabalho.

Além disso, a formação técnica recebida foi avaliada como insuficiente por parte dos entrevistados. Houve queixas sobre a superficialidade dos conteúdos, falta de infraestrutura adequada e ausência de professores com experiência prática. Essa lacuna enfraquece a credibilidade do certificado e compromete o objetivo de

profissionalizar os jovens.

Nessa discussão, Freire (1996) ressalta que formar vai além da simples transmissão de conteúdos; trata-se de criar condições que possibilitem aos sujeitos apropriarem-se de forma crítica do conhecimento e da realidade que os cerca. Assim, entende-se que uma formação voltada apenas para aspectos técnicos, desvinculada do contexto e das especificidades dos territórios, perde seu significado e eficácia para os jovens.

É importante destacar que a profissionalização da juventude deve ser compreendida dentro de um projeto mais amplo de desenvolvimento local, que inclua políticas públicas de fomento ao emprego, empreendedorismo, economia solidária e valorização da juventude trabalhadora. Conforme bem destaca Castel (1998), a inserção no mundo do trabalho depende da existência de redes de proteção social e de oportunidades concretas que favoreçam a inclusão.

4.3 Inserção no Mercado de Trabalho: Barreiras e Limitações

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um dos principais indicadores para avaliar a efetividade de programas como o ProJovem Urbano. Entretanto, os resultados da presente pesquisa revelam uma realidade marcada pelo desemprego, subemprego e informalidade.

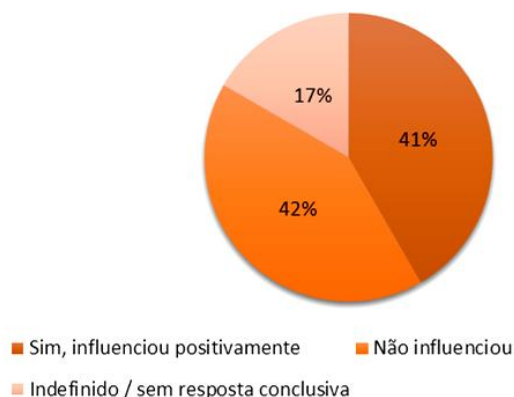
Na visão de Antunes (2005), o mercado de trabalho no Brasil é regido por uma dinâmica de exclusão estrutural, caracterizada pela precarização dos vínculos empregatícios e pelo aumento da rotatividade, sobretudo entre os mais jovens. Tal dinâmica afeta de maneira mais intensa os jovens periféricos, em especial os negros, as mulheres e os residentes de áreas marcadas por vulnerabilidades sociais.

Vale salientar que o Programa aqui em estudo, apesar de seu objetivo formativo, não estruturou políticas de transição para o mundo do trabalho. Não houve oferta de estágios, programas de jovem aprendiz ou mesmo articulação com redes empresariais locais. Segundo Costa e Castanhar (2003), a falta de integração entre os diferentes setores enfraquece a eficácia das políticas públicas, resultando em iniciativas fragmentadas e com baixa capacidade de se manter ao longo do tempo.

Ao serem questionados se a participação no ProJovem Urbano influenciou a vida deles para a atual situação de trabalho, os dados qualitativos evidenciaram que alguns destes jovens não conseguiram emprego após a conclusão do curso: *“eu estou à procura de trabalho desde que terminei os estudos, mas não consigo”* (JE6). As percepções desses jovens diante da situação de trabalho pós ProJovem Urbano podem observadas na Figura 2.

Figura 2 – Influência do ProJovem Urbano na Situação de Trabalho Atual dos Jovens Egressos

Influência do ProJovem Urbano na situação de trabalho atual dos Jovens Egressos



Fonte: Elaborada pela autora.

A ilustração aponta uma divisão na percepção dos jovens egressos sobre a influência do ProJovem Urbano em sua inserção no mercado de trabalho. Metade reconhece impacto positivo, citando a escolarização, o certificado e a valorização dos estudos como fatores importantes para o emprego.

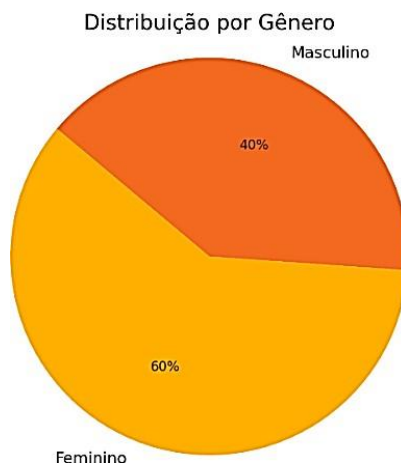
A outra metade, no entanto, não percebeu mudanças em sua situação profissional, permanecendo desempregada ou em ocupações precárias. Dois participantes demonstraram incerteza sobre os efeitos do curso, indicando possível falta de acompanhamento pós-formação. Os dados acima observados ressaltam a importância de políticas públicas integradas que unam qualificação, inserção profissional e apoio contínuo à juventude vulnerável.

Com base nessas evidências, conclui-se que a promoção da inserção no mercado de trabalho demanda um esforço articulado entre diferentes instituições, abrangendo os campos da educação, da assistência social, do setor produtivo e das políticas públicas voltadas ao emprego. Nesse sentido, Secchi (2013) destaca que a eficácia das políticas públicas está relacionada à sua organização em redes de governança, caracterizadas por atribuições bem definidas e objetivos integrados.

4.4 Perfil Sociodemográfico dos Participantes

Com base na concepção de juventude adotada pelo ProJovem Urbano, este tópico tem como objetivo compreender o perfil dos jovens egressos que participaram da edição de 2014 do Programa. Em relação ao sexo/gênero, entre os 25 entrevistados, 60% se identificavam como do sexo feminino e 40% como do sexo masculino, conforme demonstrado na Figura 3.

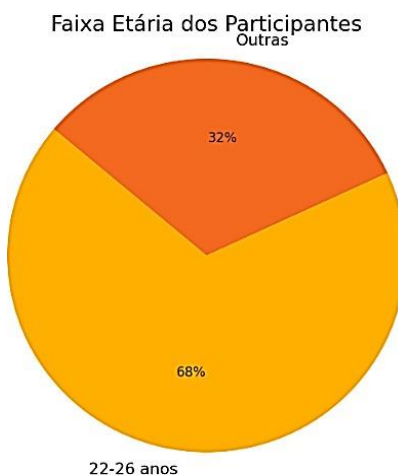
Figura 3 – Distribuição por Gênero dos Participantes



Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação à faixa etária, a Figura 4 evidencia que 68% tinham entre 22 e 26 anos no momento da entrevista, indicando que ingressaram no Programa próximos ao limite superior da faixa etária permitida.

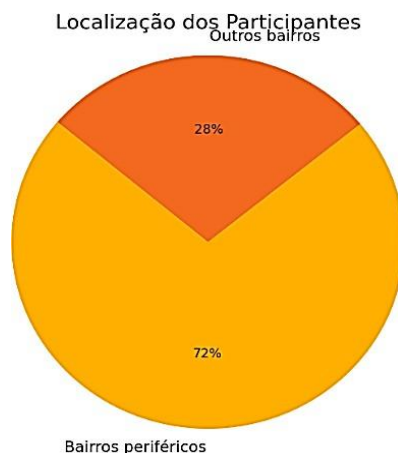
Figura 4 – Faixa Etária dos Participantes



Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à localização dos participantes durante o período em que integraram o Programa, conforme ilustrado na Figura 5, a maioria (72%) relatou residir em bairros periféricos, como Bom Jardim, Jangurussu e Conjunto Ceará. Esse dado evidencia a atuação do Programa em áreas caracterizadas por contextos de vulnerabilidade social.

Figura 5 – Localização dos Participantes



Fonte: Elaborada pela autora.

Diante do que foi apresentado, é possível perceber que os dados expostos corroboram claramente o direcionamento do Programa para um público predominantemente jovem, especialmente aqueles que vivem em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Essa constatação não apenas confirma a intenção inicial do Programa, como também evidencia a sua relevância social ao focalizar grupos que historicamente enfrentam barreiras significativas de acesso à educação e oportunidades.

Contudo, é importante refletir sobre os desafios que essa abordagem implica: a efetividade das ações depende não só da oferta educacional, como também da capacidade do Programa em articular de forma consistente a integração entre educação, cidadania e qualificação profissional. Dessa maneira, a proposta de inclusão social por meio dessas frentes interligadas se apresenta como uma estratégia necessária, mas que demanda contínua avaliação e aprimoramento para assegurar que os jovens atendidos possam, de fato, superar as condições de vulnerabilidade e alcançar uma transformação real em suas trajetórias de vida.

4.5 Motivação Para o Ingresso e Desafios de Permanência

Os principais fatores que motivaram o ingresso no Programa foram, de acordo com as respostas dos participantes (como ilustrado na Figura 6) são: concluir os estudos (43%), qualificar-se para o mercado de trabalho (37%) e o recebimento do auxílio financeiro (20%).

Figura 6 – Motivos para Ingresso no Programa



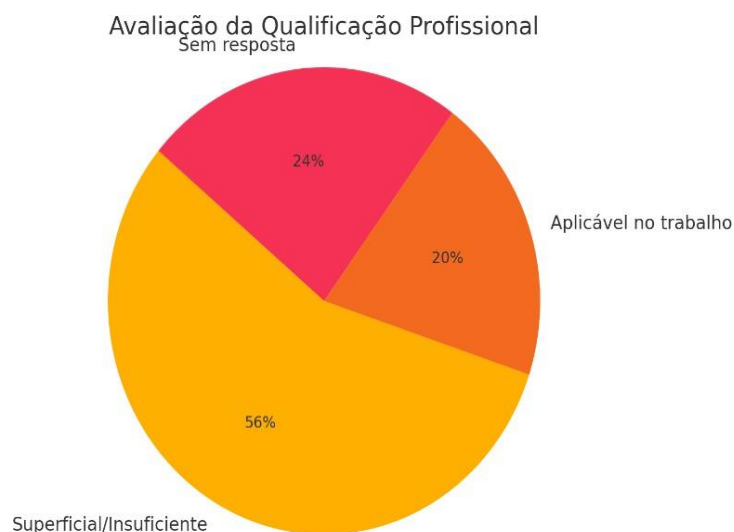
Fonte: Elaborada pela autora.

Por outro lado, a permanência no curso foi dificultada por questões estruturais, como transporte público inadequado, insegurança nos trajetos noturnos e conflitos com jornadas de trabalho informal, revelando, assim, a fragilidade da logística de suporte aos participantes.

4.6 Avaliação da Qualificação Profissional Ofertada

A qualificação profissional ofertada pelo Programa foi avaliada como “superficial” ou “insuficiente” por 56% dos jovens. Apenas 20% relataram ter conseguido aplicar o conhecimento adquirido em situações concretas de trabalho, como pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 – Avaliação da Qualificação Profissional



Fonte: Elaborada pela autora.

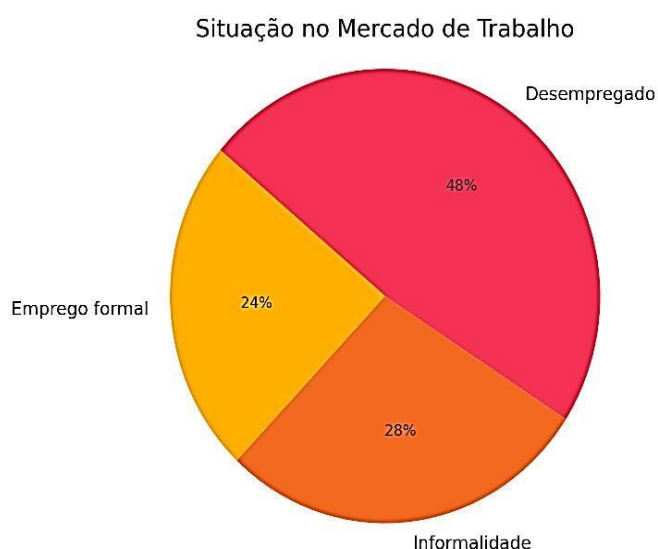
Esse dado evidencia uma limitação crucial apontada por Gaiger (2007): a qualificação realizada de forma isolada revela-se ineficaz quando descolada das demandas e dinâmicas do mercado, mostrando que investir em formação sem considerar sua aplicação prática compromete significativamente os resultados esperados.

4.7 Inserção no Mercado de Trabalho

Somente 24% dos egressos relataram ter conseguido uma inserção formal no mercado de trabalho após a conclusão do Programa, indicando que menos de um quarto dos participantes conseguiu acesso a empregos com carteira assinada ou vínculos profissionais regulamentados.

Além disso, 28% desses ex-participantes estavam empregados de forma informal, sem os benefícios e garantias do trabalho formal, enquanto quase metade, 48%, permanecia desempregada, evidenciando uma alta taxa de dificuldade na obtenção de trabalho após a finalização do Programa, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Situação no Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborada pela autora.

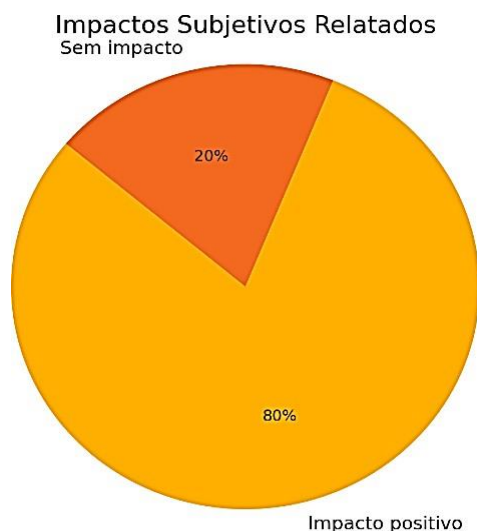
Esses números expõem claramente a desconexão entre a formação oferecida e as reais oportunidades disponíveis, reforçando a crítica de Antunes (2005), de que o mercado de trabalho no Brasil funciona sob uma dinâmica estruturalmente excludente – o que limita o acesso e a inclusão dos trabalhadores.

4.8 Impactos Subjetivos e Simbólicos

Apesar das limitações objetivas, os impactos subjetivos do Programa foram considerados significativos para 80% dos entrevistados, como mostra a Figura 9.

Entre os relatos mais recorrentes estão o fortalecimento da autoestima, o resgate da motivação para estudar e a percepção de pertencimento.

Figura 9 – Impactos Subjetivos Relatados



Fonte: Elaborada pela autora.

Esses resultados corroboram a perspectiva de Honneth (2003), ao evidenciar que o reconhecimento simbólico desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na atribuição de valor social ao indivíduo, mostrando que a ausência desse reconhecimento pode comprometer significativamente a construção do eu e sua inserção social.

4.9 Percepção Geral e Contradições do Programa

A síntese dos dados revela uma contradição central: embora o Programa tenha contribuído para a revalorização pessoal e educacional dos jovens, não foi capaz de assegurar a inserção laboral e produtiva de forma efetiva. A ausência de articulação com outras políticas de emprego e renda, bem como a falta de acompanhamento pós-formação, surgem como pontos críticos reiterados nas entrevistas.

Freire (1996) destaca que educar não é um ato neutro, mas sim uma prática profundamente política e capaz de promover a libertação. No entanto, para que esse ato se concretize de forma transformadora, é imprescindível que as ações educativas estejam inseridas em um sistema intersetorial de proteção e promoção de direitos. Torna-se urgente integrar programas como o ProJovem a redes duradouras de apoio, com acompanhamento sistemático, parcerias institucionais e escuta ativa e permanente dos jovens atendidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal avaliar a eficácia do ProJovem Urbano – edição 2014 – no município de Fortaleza/CE, sob a ótica dos jovens egressos. A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentação teórica sólida, foi possível construir um panorama crítico e sensível da experiência vivenciada por esses sujeitos, contextualizando suas trajetórias sociais, educacionais e profissionais.

A análise demonstrou que, embora o Programa tenha proporcionado avanços importantes no campo da reinserção educacional e da valorização subjetiva dos participantes, como o resgate da autoestima e a motivação para seguir estudando, seus impactos foram limitados em termos de inserção no mercado de trabalho e continuidade da qualificação profissional.

A ausência de articulação com políticas públicas intersetoriais, a fragilidade no acompanhamento pós-formação e a desconexão entre o conteúdo ofertado e o mercado local emergiram como fatores que comprometeram a efetividade plena do ProJovem Urbano.

Os objetivos propostos na pesquisa foram plenamente alcançados: foi possível identificar os fatores que influenciaram o ingresso e a permanência dos jovens no programa; avaliar a contribuição da qualificação profissional oferecida; e compreender as percepções subjetivas dos egressos quanto aos efeitos sociais e pessoais da participação no programa. Da mesma forma, a hipótese inicialmente levantada – de que o Programa, apesar de seus méritos, não conseguiu promover efetiva inclusão social e produtiva – foi confirmada ao longo da análise empírica.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte temporal e geográfico, restrito à edição de 2014 em Fortaleza/CE, e ao número reduzido de entrevistados, ainda que suficiente para uma análise qualitativa. Também se reconhece que os dados quantitativos utilizados são descritivos e não permitem generalizações estatísticas, embora sirvam como importante suporte à reflexão analítica.

Diante dos achados, considera-se que políticas públicas voltadas à juventude precisam ir além do acesso formal à educação e qualificação. É necessário que elas sejam contínuas, estruturadas, integradas e sensíveis às particularidades sociais e territoriais dos jovens. Além dessas observações, destaca-se a importância de que os próprios sujeitos sejam envolvidos na formulação, execução e avaliação das políticas que lhes dizem respeito.

Como possibilidade para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas longitudinais com egressos do ProJovem Urbano em diferentes contextos e edições, bem como investigações comparativas com outros programas de juventude, a fim de aprofundar a compreensão sobre os fatores que favorecem ou dificultam a efetividade de políticas públicas voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade.

Conclui-se, portanto, que ouvir os jovens, compreender seus contextos e incorporar suas vozes às decisões institucionais é uma estratégia técnica e, sobretudo, ética,

visando, assim, o fortalecimento de programas que pretendem transformar realidades marcadas pela exclusão e pela invisibilidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARROYO, Miguel. **Juventudes e educação**: sentido e políticas públicas. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELLONI, Isaura. **Educação à distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

BOAVENTURA, Tânia Maria. **Metodologia científica**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. **A juventude e o debate contemporâneo**: educação, trabalho e cultura. Brasília: INEP, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Valmir; CASTANHAR, José C. Avaliação de políticas públicas: uma análise de experiências brasileiras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 841-864, 2003.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DENZIN, Norman. **The Research Act**. New York: McGraw-Hill, 1978.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. Inserção profissional juvenil e economia solidária. **Revista**

Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 155-173, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.

RIBEIRO, Simone. **Juventude e evasão escolar no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS EGRESSOS

Roteiro utilizado nas entrevistas semiestruturadas com os jovens egressos do ProJovem Urbano – Edição 2014 em Fortaleza/CE:

1. Como você tomou conhecimento do ProJovem Urbano?
2. O que motivou sua decisão de se inscrever no programa?
3. Como foi sua experiência durante o curso (aulas, professores, estrutura)?
4. Quais dificuldades você enfrentou para permanecer no programa?
5. Como você avalia a formação recebida (educação formal e qualificação profissional)?
6. O programa contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho? De que forma?
7. Após concluir o ProJovem, você participou de outras formações ou cursos?
8. Quais mudanças o programa trouxe em sua vida pessoal, social e profissional?
9. Que sugestões você daria para melhorar o ProJovem Urbano?
10. Gostaria de deixar algum depoimento ou comentário livre?